

# EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E O DEBATE SOBRE ÉTICA E BIOÉTICA NO CONTEXTO DO SISTEMA CEP-CONEP

Raissa Vasconcelos Rego<sup>1</sup>; Fernanda Souza Fernandes<sup>2</sup>; Rui Massato Harayama<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Bacharelado Interdisciplinar em Saúde – ISCO/UFOPA - E-mail: [raissastm20@gmail.com](mailto:raissastm20@gmail.com); <sup>2</sup>bacharelado em saúde coletiva – Isco/UFOPA - E-mail: [fernandafernandes.fsf@gmail.com](mailto:fernandafernandes.fsf@gmail.com); <sup>3</sup>Docente: Rui Massato Harayama – ISCO/UFOPA - E-mail: [rui.harayama@gmail.com](mailto:rui.harayama@gmail.com).

**RESUMO:** As abordagens e discussões em torno da temática Direitos Humanos e Bioética em pesquisas científicas, bem como assuntos que envolvam a Ética e Humanização em saúde são escassos, principalmente, em espaços de construção do conhecimento científico, ou seja, nas IES. Nessa perspectiva, o projeto objetiva suprir a escassez de debates sobre as temáticas, promovendo oficinas e minicursos para a comunidade acadêmica, pesquisadores, profissionais de saúde de Santarém e região. Foi realizada oficina de elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para alunos em fase de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pesquisadores e acadêmicos em geral. Nesta oficina obteve-se discussões em grupo, bem como, a problematização da temática dentre os cursistas, como também discussões sobre pesquisas em seres humanos remete-se aos direitos da pessoa que irá se submeter a pesquisas científicas, bem como orientações ao pesquisador quanto a Ética e as recomendações dos sistemas de Ética em pesquisa. Para aprofundar ainda mais o entendimento sobre Ética e Bioética, foi elaborado minicurso com a temática de Humanização na Atenção básica em Santarém e região, houve chamamento de Agentes Comunitários de Saúde, profissionais de saúde, acadêmicos em geral e interessados na temática que por sua vez fomentaram as discussões e reflexões no contexto do Sistema Único de Saúde orientando-os aos princípios da política existente no Brasil, e como essas discussões são de extrema importância no cuidado e acolhimento dos usuários do SUS.

**Palavras-chave:** ética; bioética; humanização.

## INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, a discussão sobre direitos humanos, ética e bioética torna-se central na formação e atuação de profissionais de diferentes áreas, sendo um dos eixos centrais na formação cidadã desde a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). No contexto brasileiro, desde a criação, em 1996, do Sistema CEP-CONEP de Comitês de Ética em Pesquisa (Hossne, 2010), dá-se início à discussão sobre a Bioética no Brasil. Outro ponto de extrema importância no contexto histórico é a publicação, em 2007, do Plano Nacional de Direitos Humanos que insere a temática de forma transversal no ensino básico, superior, não-formal e dos profissionais do sistema de segurança e da lei, assim como aponta o papel de protagonismo das IES ao colocar a discussão sobre direitos humanos no Plano Nacional de Extensão Universitária (BRASIL, 2013). Tendo esse fundo como recorte, observa-se ainda a dificuldade das IES e da sociedade em geral em se apropriar das discussões sobre a temática dos direitos humanos e da bioética, assim como na dificuldade dos Comitês de Ética em Pesquisa em promover ações de promoção da ética em pesquisa para além das suas funções de avaliar protocolos de pesquisas em seres humanos (HARAYAMA, 2011).

Para suprir essa carência e promover impacto social acerca da temática, o presente projeto de extensão propõe promover oficinas para a capacitação e sensibilização dessa temática para toda a comunidade acadêmica, consolidando a missão da atuação ética e socialmente responsável da UFOPA. O contexto é oportuno, tendo em vista a recente promulgação da Resolução 510/2016 (Ministério da Saúde, 2016) que regulamenta a ética em pesquisa em seres humanos nas ciências sociais e aplicadas, assim como o adensamento da discussão da ética da pesquisa e da ação estatal em contexto intercultural (Federação das Organizações Quilombolas de Santarém, 2015; Povos das aldeias Açaizal, São Pedro do Palhão, São Francisco da Cavada, laupixuna e Amparador, 2017; South African San Institute 2017, 2017).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para dar visibilidade, discussão e propor a reflexão em torno da temática dos Direitos Humanos e da Bioética, o projeto contou com duas estratégias: Oficinas e Minicursos.

### 1º Estratégica – Oficinas

- Para realizar as oficinas, a equipe do projeto construiu um kit com diversas informações que deveriam ou não conter em um TCLE com base no sistema CEP-CONEP;

- A metodologia uniu os princípios da educação popular e da metodologia ativa, por meio da problematização;
- Os materiais utilizados foram: cola cartolina, papéis, envelope;
- Para a construção do TCLE a atividade o público é dividido em grupos de 5 a 15 participantes, que deveriam discutir entre si para a montagem de um único termo a ser apresentado ao final da oficina, a equipe do projeto atuou como facilitadores e orientadores dos grupos formados;
- A apresentação é dialogada com o público, que expõe dúvidas sobre o processo formal de construção do TCLE, e conjuntamente a esse processo, expõe-se os princípios da bioética que subsidiam esse documento.

## 2º Estratégia

- Na segunda estratégia do projeto realizou-se um minicurso de 4 encontros, sendo 3 presenciais, com a temática voltada à Ética, Bioética e Humanização. O público-alvo foram os Agentes Comunitários de Saúde;
- Para promover a reflexão sobre a temática no contexto do Sistema Único de Saúde, utilizou-se a abordagem de socialização de conceitos de Ética, Bioética e Humanização para os cursistas, bem como a problematização dentre os participantes, promovendo assim o reconhecimento da importância de ações nestes termos voltadas a Atenção Básica.
- A metodologia baseou-se em metodologias ativas de ensino, por meio da problematização de situações reais, assim como na proposta da pedagogia popular;

O planejamento estruturou-se na aplicação direta dos conceitos de ética e bioética nos cenários de saúde encontrados pelos profissionais;

O monitoramento e avaliação foram feitos ao término de cada encontro pelos participantes, tanto na oficina quanto nos encontros do minicurso, com a finalidade de aperfeiçoamento de cada atividade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma das oficinas realizadas, participaram 171 alunos de uma instituição privada, a atividade contou com uma construção coletiva de um TCLE, onde todos os participantes se envolveram nessa dinâmica, promovendo um debate sobre o tema (Imagem 1 e 2).



Figura 1. Um dos grupos na construção do TCLE para discussão. Fonte: acervo do projeto, 2018.



## AGRADECIMENTOS

Sinceros agradecimentos à equipe da Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão-PROCCE pelos auxílios prestados durante a concretização deste projeto, ao Professor Rui Massato Harayama e a discente Fernanda Souza Fernandes pela orientação e coordenação no decorrer no projeto, responsáveis pela mobilização e esclarecimentos no decorrer das discussões das temáticas, pois sem o auxílio destes não seria possível a concretização deste brilhante projeto.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Educação em Direitos Humanos**: Diretrizes Nacionais. Brasília, 2013

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução 510**. Brasília, 2016.

Federação das Organizações Quilombolas de Santarém. **Protocolo de Consulta Quilombola**. 2015. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/cartilhas/53/protocolo-de-consulta-quilombola/22414>>.

HARAYAMA, R. M. 'Do ponto de vista do sujeito da pesquisa Do ponto de vista do sujeito da pesquisa: evento e cultura material em um comitê de ética em pesquisa. Belo Horizonte: **Dissertação de mestrado em Antropologia Social UFMG**. MG, 2011.

HOSSNE, W. S. Sistema de apreciação ética brasileira: a experiência do controle social. São Paulo: **Conferência Magna III Incep**. 2010.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York, 1948. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>.